

DEWEY, John. *The public and its problems.*

Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco*

O que é o público? De que modo se distingue do Estado? Relaciona-se com o governo? Onde começa o público termina o privado? Como discernir as, às vezes, tênues fronteiras entre o público e o privado? Há confusão entre público, privado, Estado e governo? Enfim, o que seria uma organização política democrática? A resposta a estas e outras questões encontram-se na reflexão de John Dewey no livro *The public its problems*, publicado pela primeira vez em 1927. A fim de buscar uma definição satisfatória para os mencionados conceitos, Dewey empreende importante crítica aos pressupostos epistemológicos e metodológicos da tradição do pensamento moderno e antigo. O tom cáustico de suas críticas não intenta desqualificar o esforço de diversas áreas do saber como, entre outras, o da psicologia, economia, filosofia política e social. Ao contrário, pretende estabelecer um caminho para se produzir um conhecimento profícuo capaz de explicar o significado determinadas práticas sociais formuladas através de conceitos fundados em causas e princípios transcendentais que eclipsam seus significados. Dewey se impõe a missão de forjar um método adequado à compreensão de certas práticas sociais. O ponto de partida da elaboração de conhecimento deve-se desviar da viciada relação entre teoria e prática que não produz senão discrepância entre as interpretações e os fenômenos sociais. O

* Doutorando em Ciência Política no IUPERJ e Professor de Sociologia Jurídica no Departamento de Direito da PUC-Rio. E-mail: pvillasboas@iuperj.br.

método apresentado é calcado na experiência do mundo fenomênico, isto é, um modo de proceder que não se deixe seduzir pela metafísica cujo traço é escamotear a contingencialidade e arbitrariedade imposta pelos fatos provenientes das ações humanas.

A fim de explicar e distinguir o público, o Estado, o governo e a democracia, Dewey dispara duros golpes na tradição de pensamento que funda seu conhecimento a partir de pressupostos situados fora da observação empírica da vida social. A inadequação dos princípios e a falibilidade dos resultados alcançados pelas diversas teorias se traduziria no abismo entre o significado dos fatos e suas interpretações. Ao realizar uma incursão na filosofia política e perscrutar o conceito de Estado, o autor descortina uma constelação de acepções atribuídas à idéia de Estado que terminam por inviabilizar a utilização deste conceito, já que não fornecem o menor consenso entre estudiosos. A investigação que não se dirige aos fenômenos observáveis - como certas ações ou comportamentos -, mas focaliza sua atenção no fundamento, na natureza ou justificação do Estado, está fadada à contradição e à incomensurável variabilidade. A adoção de princípios metodológicos que se arrogam o alcance de resultados absolutos, irrefutáveis ou universais, dotados de univocidade, vêm justamente, ao contrário do que se prescreve, demonstrar a pluralidade de formas de organização social e política observadas na complexidade das sociedades humanas. A título de exemplo Dewey cita algumas teorias do Estado, como aquela influenciada por Aristóteles que vê o Estado como uma ordem natural na qual os homens instintivamente se associam, vivem em harmonia e potencializam o bem viver. Outra teoria do Estado afirma ser este mais uma instituição entre outras que, no entanto, detém a competência para exercer o poder jurisdicional e dirimir conflitos sociais. Nesta perspectiva o Estado se elevaria acima dos interesses em jogo, posicionando-se de forma estritamente formal, não possuindo interesses próprios. Ainda, a fim de mostrar a pluralidade de teorias do Estado, Dewey cita uma construção estatal que o concebe como monopólio da opressão organizada, isto é, como elemento de expressão tirânica e parasitária. Outra, o vê como instrumento precário que busca diminuir as querelas entre indivíduos em sociedade. Enfim, o autor também menciona interpretação que compreende o Estado como zênite da realização das capacidades humanas. Todas teorias do Estado de uma forma ou de outra seriam

inadequadas. À teoria do Estado moderno o autor acusa de sublimar a concepção de razão e vontade encontrando no Estado a própria manifestação objetiva da razão e vontade, assumindo aspecto de entidade transcendente aos desejos e propósitos verificados nos próprios indivíduos. O intuito da apresentação de tais teorias não é apenas mostrar como divergem entre si, mas apontar seu caráter frívolo, especulativo e sobretudo argumentar que a formação dos Estados tem de ser um processo experimental. No mundo real de fatos concretos não há espaço para teorias elaboradas a partir de *a priori* que determinam como é ou deve ser o Estado. O exame do melhor tipo de Estado não é tarefa da mitologia disfarçada de filosofia e sim da história. Mas enquanto a história não termina é possível mergulhar na investigação de uma pluralidade de Estados. Além disso, como as condições da ação, da investigação e do conhecimento se modificam, a experimentação deve ser sempre renovada, em outras palavras, o Estado deve ser sempre redescoberto. O Estado não pode ser encontrado na voz interior da consciência do indivíduo, e, tampouco no espírito portador da vontade transcendente absoluta ou na existência de um deus pessoal, causa do mundo. Admoesta Dewey que a sequiosa busca das origens do Estado em locais imaginários ou no misticismo deve ser constringida por uma consideração realista dos fatos, pois tal procedimento nos obriga a concluir que não se encontra outra coisa a não ser pessoas singulares, homens concretos, reais e falíveis. Não há super-homens, demiurgos, monstros ou demônios. No argumento do autor não há espaço para profecias ou magias. O estudioso deve encarar o choque do realismo dos fatos concretos que se apresentam no mundo social humano. A observação da realidade dos fenômenos concretos não permite incorrer na crença de noções universais intrínsecas a forças associativas, já que o conhecimento *a posteriori* demonstra o ululante fato da pluralidade dos Estados, cada um com suas fronteiras, limitações e até mesmo manifestando sua hostilidade com os outros. É bom lembrar que a despeito da crítica à filosofia política de Aristóteles, dos estoícos, de Santo Tomás de Aquino, Locke, Rousseau, Kant e Hegel, Dewey não deixa de reconhecer que as idéias de tais autores influenciaram fenômenos políticos. Contudo quando a potência destas idéias é comparada à pujança das circunstâncias fáticas, esmorece.

Importante salientar que as críticas de Dewey à filosofia política e social parecem ter o intuito de redefinir o papel da filosofia em geral,

pois conforme o autor os princípios utilizados e o alcance de seus resultados se confundem com o misticismo. A filosofia deve renunciar a sua pretensão de fundar o conhecimento e legitimar práticas éticas ou políticas, sua função é focalizar os significados ofuscados, naturalizados ou reificados, sem, no entanto, se impor a tarefa de tentar estabelecer uma teoria ou sistema. O método da filosofia de Dewey deve inter-relacionar as ações ou comportamentos aos seus resultados, mostrando seus significados, como se verá adiante, comunicados por sinais e símbolos. A investigação dos significados das ações e resultados alcança sempre um conhecimento parcial, inacabado e deixado em aberto às mudanças de hábitos revelados na experiência da conduta humana. No laboratório da vida social concreta há sempre mudança e variabilidade, inclusive dos métodos de investigação, que devem ser desenvolvidos para emancipar as potencialidades humanas e o controle favorável ou útil sobre conseqüências das ações. Somente assim, com se verá, poder-se-á transformar uma “grande sociedade” em uma “grande comunidade”, em outras palavras, fazer o público resplandecer, descobrindo e compartilhando interesses comuns.

O argumento central de Dewey que o permite redefinir o que é o público, o Estado, o governo, a democracia consiste em tomar as ações como pontos de partida. Como se viu não é escopo da filosofia de Dewey buscar causas hipotéticas para as ações, mas considerar suas conseqüências. As conseqüências devem ser observadas como conseqüências provenientes das ações. Seguindo a linha de raciocínio do autor não há como duvidar do fato objetivo de que as ações humanas têm conseqüências em relação às outras. Algumas destas são observadas e sua percepção leva ao esforço de controlar ações, bem como a tentativa de garantir algumas ações e evitar outras. As conseqüências podem ser de dois tipos: a primeira afeta as pessoas diretamente envolvidas na transação e a segunda afeta outras pessoas além daquelas diretamente relacionadas. Aí segundo Dewey residiria o cerne da distinção entre o público e o privado. O reconhecimento da repercussão de conseqüências indiretas e a tentativa de regulamentá-las são sinais da existência de um Estado. Em contrapartida, se as conseqüências estão circunscritas ou limitadas às pessoas diretamente envolvidas na relação, ou quando se pensa que estão, pode-se atestar que a transação tem caráter privado. Conforme Dewey, a distinção entre o público e o privado não tem

correspondência na distinção entre individual e social. Aliás, insiste em deixar claro que o social não tem uma definição acabada. A distinção de Dewey entre público e privado é original, pois mostra que muitas ações privadas são na verdade sociais. As conseqüências destas ações podem alterar o bem-estar da comunidade ou afetar suas perspectivas. Afirma o autor que toda transação que é deliberadamente levada adiante por mais de suas pessoas é social. Consiste numa forma de comportamento associado cujas conseqüências influenciam outras associações. Dewey concorda em parte com Adam Smith ao relatar que a vida da comunidade é melhor com a convergências de resultados advindos das atividades do pedreiro, ferreiro, açougueiro, artista plástico ou cervejeiro, todos conduzindo seus interesses próprios e voltados para o lucro ou benefício privado contribuem para o bem estar coletivo. As ações privadas podem ser valiosas em virtude de suas conseqüências indiretas ou em razão de suas intenções diretas. É interessante observar como o autor vai, paulatinamente, diluindo a distinção entre o público e o privado. De acordo com o autor dificilmente ações entre duas ou mais pessoas deixam de gerar conseqüências indiretas que afetem terceiros. Dewey parece querer instilar no seu leitor a idéia de que não há como demarcar rigidamente a distinção, pois até mesmo a transação entre duas pessoas gera conseqüências indiretas para terceiros. Talvez as conseqüências não sejam visíveis, portanto deve-se educar a percepção, mediante a libertação das potencialidades, a fim de se apreender as conseqüências - emitidas por sinais e símbolos - e descortinar o público ou *populus*, pois o público é quem indiretamente sofre conseqüências, sejam benéficas ou prejudiciais. Somente o aperfeiçoamento do método pode evitar a cegueira das conseqüências indiretas, intencionais ou não, sofridas pelo *populus*.

O autor de *The public and its problems* chega a ressaltar que não há uma conexão necessária entre o caráter privado de um ato e o seu caráter não social ou anti-social. O público não pode ser identificado com o que é socialmente útil. A condução de guerras tem sido das atividades de maior regularidade em meio a comunidades politicamente organizadas. A guerra seria, entre outros, relevante evento, isto é, sinal ou símbolo, para não se identificar a comunidade e o seus interesses com o Estado ou comunidade politicamente organizada. O autor parece querer mostrar que uma ação política não é boa ou má em si mesma ou então que o caráter privado de uma atividade não a torna necessariamente

contrária à sociedade ou desprovida de qualquer valor social. O individual e o social são categorias prescindíveis para compreensão do que é o público. Assim como a comunidade elevada à organização política ou adquirindo o *status* de sociedade não serve para compreensão da cadeia de conseqüências indiretas que afeta todos aqueles denominados de o público. A inserção da comunidade dentro de uma moldura político-institucional cuja extensão das conseqüências indiretas seja ignorada é o mesmo que reconhecer a ausência de identidade do público, isto é, a ausência do conhecimento de seus interesses e conseqüentemente a possibilidade de se aferir o grau de representação de seus interesses por funcionários públicos do Estado.

É interessante constatar que o autor a partir de sua visão do público vai mostrando ao leitor, agora de uma outra perspectiva, a distância entre as ações políticas e as teorias do Estado. As ações políticas têm conseqüências diretas e indiretas. Estas possuem ampla extensão e dificilmente são observadas e *a fortiori* impassíveis de controle, e, portanto de previsibilidade. Portanto, de um lado depara-se o autor com a grave ignorância da cadeia das conseqüências indiretas, de outro lado observa que as teorias do Estado, cegas às conseqüências, perseguem avidamente às causas do Estado, causas extrínsecas ao mundo dos fenômenos humanos. O autor parece dizer que os estudiosos vivem no mundo espiritual da história das idéias e não no mundo real das ações e conseqüências que afetam os homens. Enquanto se permanece nas trevas, homens reais e concretos – não se trata de uma tautologia – com interesses bem definidos e escamoteados por uma pseudo e misteriosa vontade coletiva, tiram vantagem do governo das multidões. A aparente vontade geral ou coletiva que toma decisões pela turba oculta o caráter concreto das ações e interesses de grupos no exercício do poder. Repetindo, a raiz do problema consiste no fato de a filosofia política e social buscarem solução para problemas políticos e sociais nas causas das ações ao invés de proceder a um deslocamento e focalizarem as conseqüências das ações, inclusive os resultados úteis provenientes das atividades sociais.

Deve-se chamar atenção para o incisivo tom crítico de Dewey, muitas vezes, irônico, o que, aliás, confere um caráter lúdico ao livro. A despeito disso, a crítica que percorre todo livro tem sentido definido: o autor constrói sua filosofia contra a tradição do pensamento filosófico clássico e moderno. Em virtude disso, dispara, sobretudo, contra as várias faces

do individualismo, base fundamental da filosofia moderna. A noção de consciência sofre objeções por parte do autor já que seria o problema privado sagrado da tradição individualista da filosofia e psicologia. Esta noção levaria a falsas constatações como a idéia do indivíduo ser dotado de faculdade racional, que o permitiria ter consciência do que é certo ou errado e ser dotado da possibilidade de obter um conhecimento último ou absoluto de si mesmo e das coisas. A consciência poderia conduzir a formação de vontade ou razão universal materializada na idéia de Estado. Além, de projetar o indivíduo dentro de si próprio, traria a idéia da ação isolada ou atomizada dos indivíduos, promovendo a fragmentação dos homens em sociedade. Dewey rebate esta idéia dizendo que não há mistério no fato da associação, pois os indivíduos existem e operam em associações. O argumento pouco persuasivo do autor para estar relacionado a uma aporia, já que se buscar explicações mais profundas corre o risco de incidir em explicações causais ou essencialistas, como a de Aristóteles. A despeito disso, salienta Dewey que o homem não é meramente de fato associado, mas se converte em um animal social a partir atividade de construção de suas idéias, de seus sentimentos e adoção de um comportamento deliberado.

Na tarefa de buscar distinguir a organização política de outras formas de vidas comunitárias lança mão do critério distintivo da amizade. Seria uma forma não política de associação que não se confundiria com o Estado ou com relações impessoais das sociedades. Portanto, numa comunidade toda associação teria seu caráter singular ou seu valor peculiar, nenhuma pessoa se confunde com outra, ou então uma pessoa não é identificada a outra, pois cada uma tem sua singularidade. Já a característica do público na condição de Estado deriva do fato de todo modo de associação de comportamentos ter conseqüências de caráter duradouro e que envolvam outras pessoas além daquelas diretamente envolvidas na relação.

As distinções entre o público e o Estado, comunidade e sociedade cumprem finalidade específica em *The public its problems*: elaborar mecanismos de apreensão e regulação das conseqüências que afetam de indireta um amplo e indeterminado número de pessoas que constituem o público. O efeito contingencial e arbitrário que emana das ações tem de ser na medida do possível controlado. As teoria do Estado incessantemente criticadas por Dewey obnubilam as conseqüências

provenientes de ações concretas utilizando especioso jargão como comando estatal, vontade geral, razão de Estado. A idéia do autor é retirar a armadura da sociedade que vive sob a forma jurídica e política de Estados e fazer surgir o público, isto é, prever as conseqüências que afetam as o *populus*. Assim é possível – o que nos faz lembrar de Maquiavel – construir diques e canais para que a ação possa estar circunscrita dentro dos limites prescritos e assim, em certa medida, lograr-se a previsibilidade das conseqüências. Dentro de certos limites as conseqüências podem ser previsíveis.

Não se deve perder de vista que Dewey, ao criticar “vontade geral” de Rousseau e a denominar de dogma de uma mística e absoluta vontade identificada com absoluta razão, está propondo a substituição das teorias causais ou “fundacionais” pela adoção de método que permita focalizar as amplamente distribuídas conseqüências. A percepção e o estudo das conseqüências permitem criar um interesse comum. O público, portanto, depende das conseqüências dos atos e da capacidade de perceber as conseqüências. Porém, afirma o autor que enquanto sua organização estiver sob a forma de um Estado, o público depende da habilidade inventar e o emprego de instrumentos especiais para percepção das conseqüências. Dewey intenta demonstrar que vida institucionalizada do público, sob a forma de Estado, demanda instrumentos de maior precisão para percepção das conseqüências do que uma comunidade livre deste traço institucional, já que as amarras impostas pela institucionalização e impessoalidade demandam condições de libertação das potencialidades humanas.

Dewey trata da relação entre Estado, governo e o público. Afirma que a representação que se tem do Estado é a de um ente sagrado, ao passo que o governo seria visto como um mal proveniente da falibilidade dos homens. A conclusão do autor é que não há Estado sem governo e tampouco existe Estado sem o público. Ao analisar a democracia, afirma que tal regime político teria sido influenciado pelo medo do governo, o avanço da ciência, o poder da igreja e da economia. De todos os fatores, assevera que o movimento econômico – sobretudo a invenção da máquina a vapor – teria influenciado mais a democracia. A parti daí o autor se insurge contra a naturalização da economia em oposição ao caráter artificial da economia. Mostrará então como contra a vontade da corrente utilitarista o como o *laissez faire* fundiu-se com direito natural

e, portanto, assumiu veio metafísico. Após insistir nas radicais mudanças operadas pelos movimentos da indústria e da economia, o autor salienta que modos mecânicos e impessoais de combinar a ação humana mudaram o mundo. A origem da democracia estaria na necessidade de controlar este tipo de ação. Haveria, portanto, uma relação de um novo regime econômico associado, sobretudo, a revolução industrial com luta política pela emancipação dos laços tradicionais e o surgimento de uma democracia moderna. Todavia, as profundas mudanças tecnológicas teriam levado a complexidade das conseqüências e as relações da antiga comunidade teriam se tornado impessoais, impedindo o público reconhecer-se. Conforme o autor as grandes mudanças tecnológicas conduziram os homens a era da máquina, movimento propulsor da “grande sociedade” que solapou a as pequenas comunidades sem, no entanto, gerar uma “grande comunidade”. Nesta perspectiva o autor atenta para necessidade de integrar a grande sociedade. Tarefa árdua, pois os vínculos e conexões existentes nas sociedades transferem energias que não são visíveis, talvez até ofuscadas pela fronteiras dos Estados. Além disso, as formas políticas e jurídicas existentes são impotentes para lidar com esta rede intrincada que se estabelecem entre pessoa. Questão fundamental de Dewey é que enquanto a grande sociedade não for convertida em grande comunidade o público continuará eclipsado. A partir defenderá a necessidade de adotar-se método que observa os eventos através da comunicação, não por meio da língua, mas dos sinais e símbolos. Conforme o autor somente quando existem sinais e símbolos das atividades e seus resultados é que o fluxo pode ser visualizado com se fosse exterior. A partir daí pode ser apreendido para avaliação e regulação. Ao se buscar compreender os eventos deve-se perceber que estes não se transferem uns aos outros, mas os sentidos destes eventos ou ações podem ser compartilhados, pois se comunicam através de sinais e símbolos. Somente através da compreensão dos símbolos pode-se restaurar a grande comunidade. Portanto, a forma de se emancipar o público do jugo da era das máquinas é associando a livre investigação social das conseqüências à arte da comunicação, isto é, da difusão dos resultados do conhecimento a um maior número de pessoas possível, favorecendo a formação da opinião, e, portanto, da democracia.